

## ARTIGOS

## PELA ELEIÇÃO DA DEMOCRACIA

**CARLOS HENRIQUE KAIPPER**  
Presidente da Associação dos  
Procuradores do Estado do RS



O principal voto de brasileiras e brasileiros em outubro deve ser na defesa e no fortalecimento do Estado democrático de direito e na proteção das instituições responsáveis para que se cumpram todas as garantias constitucionais do cidadão. Serão elas as vencedoras do pleito.

Mas não será uma vitória fácil, já é possível perceber pelos rumos que promete tomar a campanha eleitoral que se avizinha. Em seu conteúdo e sua forma.

A questão do conteúdo diz respeito à produção de fake news e a ataques desproporcionais ao processo democrático, que desde agora, quando formalmente a eleição ainda não começou, ocupam boa parte do espaço político. É sempre salutar lembrar que o melhor da democracia é exatamente a garantia de que todos terão voz, desde que se disponham a usá-la com responsabilidade e para o bem comum, extirpando do debate o incentivo à violência e a pregação

do discurso do ódio, fronteiras claramente estabelecidas por nossa legislação. Investir no ódio e na violência são duas atitudes que contribuem em nada para o bem-estar de todos, aviltando a Constituição e correndo as liberdades

*Não será uma vitória fácil, já é possível perceber pelos rumos que promete tomar a campanha eleitoral que se avizinha. Em seu conteúdo e sua forma*

e os direitos civis.

O ponto da forma remete aos infundados ataques que o sistema eleitoral brasileiro, sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem sofrendo de segmentos da sociedade. Desde

1996, quando começou a coletar votos, a urna eletrônica não apresentou nenhum problema ligado ao seu funcionamento e garantiu em todos os níveis, das eleições dos vereadores ao presidente da República, a vitória dos mais diferentes partidos das mais diversas correntes ideológicas. Uma história que mais do que esvaziar o atual discurso de descrédito no sistema mostra a irresponsabilidade de quem o adota em praça pública.

Os procuradores e as procuradoras do Estado assistem à formação desse cenário em seu conteúdo e forma com o receio dos estragos causados pelo ataque à democracia, mas com uma certeza: não faltarão ao seu papel de proteger o cidadão, trabalhar pelo interesse público e reforçar os pilares do Estado democrático de direito. Só assim a democracia sairá vencedora das eleições de outubro, seja qual for o resultado que as urnas indicarem.

## A DEMONIZAÇÃO DA NOSSA EMANCIPAÇÃO

**LUCAS DALFRANCIS**  
Jornalista e empresário



A opinião não é um saber sobre o mundo. Mas a sua interpretação sobre ele. A opinião, portanto, não é matéria concreta, mas um ponto de vista acerca de um saber. A opinião é, pois, este texto – uma crença. Sendo todo valor opinático profundamente relativo. E da opinião coletiva à opinião pública é um curto estágio, segundos quando a rede social vira trampolim para o bem e para o mal. E nesta espiral, do que é e do que dizem, criam-se verdades absolutas à sombra do excepcional.

O debate efervescente da aplicação das leis de incentivo à cultura – que tem sacudido a internet com denúncias aos principais músicos sertanejos do país – ilustra tal fundamento da análise do discurso. Afinal, uma parte não é o todo. E o todo não responde pelo efeito de uma podre parte. A quem serve, no fim, a cultura da nação? O Brasil, acredite, é mais de chão batido do que de asfalto. Muito mais de falta do que de sobra. O Brasil não é a bolha cultural das capitais. Onde, minimamente, as expressões da arte são mais latentes, vivas porque subsidiadas.

Calcule comigo: somos 5.568 municípios e apenas 71 teatros em funcionamento no país. Essa conta – para alguns perfumaria diante do vital – diagnostica nosso retrato limitante de sociedade. As leis de incentivo são responsáveis por levar luz intelectual a quem nunca teve acesso à arte. Descobre talentos, fomenta pensamento e criticidade, movimentando a economia criativa pelos rincões esquecidos do Rio Grande. Dá um palco a quem tem um dom, oportuniza à iniciativa privada protagonismo e solidariedade.

Esse reparte inteligente do espírito público desonera os governos, incrementa resultados e faz os recursos financeiros oxigenarem as cidades. Aliás, que salto deu o Estado: reduzindo de 25% para 10% as contrapartidas das empresas que decidem financiar a cultura. Eis o que o cidadão espera da política: que não atrapalhe, mas facilite.

A cultura não é ativo de nenhum partido. A cultura não é exclusividade de grandes artistas. Ela é do povo, sobretudo dos pobres, que mais necessitam dela; é a travessia para o futuro que precisamos. Demonizar as leis de incentivo que fazem a cultura existir, perceber, é demonizar a nossa própria emancipação coletiva e individual.

*A cultura não é ativo de nenhum partido. A cultura não é exclusividade de grandes artistas. Ela é do povo, sobretudo dos pobres que mais necessitam dela*

## O DESAFIO DAS CARDIOPATIAS CONGÊNITAS

**RENATO KALIL**  
Coordenador do Núcleo de Cardiopatias  
Congênitas do Hospital Moínhos de Vento



Um dos momentos mais esperados de cada gestação é quando, no ultrassom, ouvimos o pequeno coração do feto pulsando. Cena que emociona e aumenta a expectativa pelo nascimento tão ansiado. Mas para que esse músculo ainda em desenvolvimento bata forte, é preciso atenção a algo essencial: as cardiopatias congênitas.

São malformações na estrutura do coração que ocorrem quando o embrião se desenvolve, afetando ou mesmo comprometendo o correto fluxo sanguíneo. Estima-se que 23 mil crianças nascerão com esse problema a cada ano no Brasil – 1,5 mil apenas no Rio Grande do Sul. Sem tratamento, metade poderá falecer antes de completar um ano, número que pode chegar a 80% antes dos cinco anos.

Mas há saídas: o diagnóstico pode ser feito ainda durante a gravidez, por ecografia fetal, para que o tratamento necessário

ocorra após o parto. Se preciso, a intervenção pode ocorrer ainda antes do nascimento, com punção e cateterismo no feto.

Hoje, as operações podem ser feitas em qualquer idade, inclusive nos três meses de vida, fazendo a correção anatômica do

*Das 23 mil crianças que nascem anualmente com esse quadro, 65% não têm acesso ao procedimento indicado*

coração ou melhorias funcionais para permitir um crescimento normal. A mortalidade tem sido, na média, inferior a 4%.

Porém, esses números são alcançados em centros de alta complexidade, que têm distribuição escassa no país, sendo mais pre-

sentes no Sul e no Sudeste. Estima-se um déficit geral de 72% na quantidade dessas unidades em relação à necessidade brasileira.

Das 23 mil crianças que nascem anualmente com esse quadro, 65% não têm acesso ao procedimento indicado, com maior defasagem no Norte (93,5%) e no Nordeste (77,4%). Já no Sul e no Centro-Oeste, esses percentuais são menores (46,4% e 57,4%, respectivamente). Com isso, aumentam as chances de mortalidade dos pacientes, a qual poderia ser evitada.

Precisamos vencer esta dívida social com a saúde infantil. Sociedade e Estado devem se unir para fortalecer o atendimento aos pacientes com cardiopatias, do diagnóstico no pré-natal ao devido tratamento após o nascimento. A conscientização e a ação são fundamentais para que esses pequenos corações possam bater forte e garantam uma vida ativa e saudável.